

“PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA”

Processo educacional junto às famílias assentadas, de forma a promover a melhoria de suas condições de vida. Esse processo prevê a implantação de áreas coletivas para o auto-abastecimento alimentar e nutricional, a valorização dos “fundos de quintais” familiares, dentro dos princípios da sustentabilidade agroecológica, da cidadania e da solidariedade.

2- Categoria : Desenvolvimento Sustentável.

3- Regiões do Estado onde se localiza a experiência: em todo o Estado

4- Ano e mês do início da experiência: Dez./ 2000.

5- Abrangência:

Chegamos à terceira fase do Programa atendendo em cada uma cerca de 7.000 famílias diretamente, perfazendo um total de aproximadamente 21 mil famílias.

7- Parcerias/Executores do Projeto: Sindicatos de Trabalhadores Rurais, APR, CAA, Movimentos sociais, Pastorais, Cáritas Diocesanas e Cáritas Regional Minas Gerais (executora), Fetaemg, etc.

8- Descrição sucinta / Aspectos e resultados mais significativos, limitações e desafios:

Chegamos ao final de 2003 com mais 14 meses contabilizados de execução do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional em Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária, que se somam às outras duas etapas de execução iniciadas em 2000, totalizando três anos de trabalhos.

O programa demonstra a viabilidade e os potenciais que encerram as parcerias, sociedade civil e poder público. É também testemunho de um novo formato de políticas públicas, concebida, elaborada e executada com envolvimento dos diversos segmentos e atores. É ainda a demonstração dos potenciais da Reforma Agrária na promoção do bem estar social, na construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável e solidário.

Trabalhando com acampamentos, áreas desprovidas de qualquer política de governo que as apoiem, sabemos do pioneirismo e originalidade desta política pública. Nesse sentido, achamos importante ressaltar o caráter educativo do programa. O exercício do pequeno crédito e do trabalho coletivo resulta em exercício educativo para áreas de acampamento

que até então não haviam recebido qualquer recurso. Preparam as famílias para futuros créditos, de vulto maior, com os quais deverão pensar nas atividades que garantirão a sua sobrevivência. Essa é uma importante contribuição do programa.

Demos ênfase à formação em segurança alimentar de lideranças locais, capacitando os próprios acampados e assentados para os cuidados básicos de saúde, prevenção de doenças, a diversificação e enriquecimento da alimentação, a atenção à alimentação de crianças e mães nutrízes (atividade desenvolvida através de parceria com a Pastoral da Criança). O Programa trouxe ainda, neste último ano, um trabalho de conscientização, formação e implantação de campos de sementes nativas, uma contribuição efetiva para a sustentabilidade econômica e ambiental não só das áreas, mas para toda sociedade.

A devolução solidária realizada pelas famílias a outros acampamentos da região é bandeira de luta, que saiu do campo das idéias e se concretizou nas mãos de quem trabalha a terra. É contribuição efetiva de promoção da cultura da solidariedade- devolução solidária de 20% da produção, destinada a outras comunidades, hospitais, creches, escolas, etc.

Os números também exemplificam a amplitude dos trabalhos. Nestes 3 anos de execução, o Programa de Segurança Alimentar em áreas de Reforma Agrária foi executado em 124 acampamentos e assentamentos do Estado de Minas Gerais, abrangendo 9 regiões do estado. Cerca de 11.000 famílias foram diretamente beneficiadas (10.000 indiretas), sendo protagonistas na execução e planejamento das atividades, através da elaboração dos projetos produtivos, feitura dos orçamentos, na implementação das áreas de plantio e nos criatórios, e ainda, da participação nos diversos cursos de formação e mobilização social.

As áreas de atuação

O programa atua em acampamentos e em assentamentos que estão em fase de transição, ou seja, já possuem algum tipo de acordo de permanência na área, ou ainda, estão em terras públicas e devolutas. São comunidades que não possuem ainda nenhum tipo de intervenção e estão impossibilitadas de acessar a quaisquer outros créditos. Encontram-se, neste sentido, em um momento de muita precariedade em que permanecerão em média 4 anos, podendo chegar a 7 anos, tempo que vêm sendo necessário até a desapropriação da terra. Neste período, sobrevivem sem saneamento básico, debaixo de lonas, muitas vezes em beira de estrada, distantes do sistema de saúde e de educação, sem qualquer auxílio que os

mantenha na terra e lhes permita produzir, seja para comercializar, seja para o auto-abastecimento.

Execução em Parceria

É importante ressaltar que grande parte do êxito do Programa deve-se a sua capilaridade e capacidade articuladora. A parceria tem garantido a diversidade nos espaços de deliberações e definições do Programa, resultando em um fortalecimento das ações e a garantia de representação da pluralidade cultural, geográfica e política que compõe o campo de luta por Reforma Agrária, fortalecendo as organizações locais e os movimentos sociais de luta pela terra.

É essa capilaridade que permite ainda um acompanhamento efetivo, garantido por organizações que já possuem trabalhos nas áreas de atuação do Programa. Para que isso ocorra são repassados recursos financeiros para mobilização, monitoramento, participação nas reuniões e envio de relatórios trimestrais.

Acompanhamento Técnico: Educar para conviver

A proposta de execução do programa procurou dar autonomia às famílias para a escolha do técnico mobilizador que acompanharia os trabalhos na área, auxiliando na elaboração dos projetos e acompanhando a execução das atividades. Escolha que foi realizada conjuntamente por parceiros locais e famílias. Garantimos assim a escolha de profissionais da região, com conhecimento da área, clima e solo, e com boa aceitação por parte da comunidade. Não há exigência de formação específica, curso superior ou nível técnico. Assim garantimos a escolha de um educador popular, com perfil que vai além dos quesitos técnicos. Compete afinal a esse mobilizador suscitar e facilitar um processo pedagógico de trabalho em grupos, ou em um coletivo ampliado, promovendo o envolvimento e a integração de todos, homens, mulheres e jovens em um processo de construção participativa. Trata-se de educar para o convívio em comunidade e com a natureza, de forma responsável, sustentável e solidária.

Implementação de Projetos Produtivos

Os projetos implementados visam a diversificação da produção, o incentivo ao trabalho coletivo, o fortalecimento da agricultura familiar e de práticas agroecológicas e a promoção de uma alimentação diversificada voltada para o auto consumo. Os recursos destinados à implementação de projetos produtivos financiam lavouras de milho, feijão, arroz, hortas

comunitárias, plantas medicinais, criação de pequenos animais como galinhas, porcos, apicultura e cabras, além da compra de equipamentos para o trabalho na lavoura, distribuição de água e insumos.

A escolha do que implementar é motivo de grande debate nas áreas, pois é preciso levar em conta as potencialidades da terra, clima e não apenas o interesse imediato das famílias. Chegar a um comum acordo quando se trabalha no coletivo não é sempre tarefa fácil. É todavia importante processo educativo, de aprendizado, convite ao diálogo e aceitação das diferenças. Essa metodologia contribui para a organização da área e o fortalecimento dos espaços de participação coletiva. Muitas vezes a teimosia das famílias levou a insistência na implementação de atividades não adequadas ao local, solo e clima. Situação em que a perda da produção longe de ser vista apenas negativamente, trouxe o ganho da experiência, a oportunidade de testar com o pouco crédito disponível. É parte do que salientamos anteriormente como exercício do crédito, a possibilidade de testar e experimentar com recurso menor o que posteriormente será feito com créditos de maior vulto do INCRA.

Formação e Protagonismo

Firmamos parceria com o Movimento do Graal no Brasil que conjuntamente com a Regional da Cáritas ministrou cursos de formação aos técnicos mobilizadores na área da segurança alimentar, e os capacitou para estar realizando diagnóstico da insegurança alimentar nas áreas. Posteriormente, estas oficinas foram multiplicadas nas áreas possibilitando o início do processo de sensibilização das famílias.

Devido à situação de precariedade que se coloca para a vida debaixo de lona, sem condições mínimas de permanência, e sabendo que crianças e mães gestantes e nutrízes são os mais atingidos por esta situação, firmamos uma importante parceria com a Pastoral da Criança. São capacitadas lideranças das áreas de modo a poderem desempenhar o papel de líderes da Pastoral da Criança com acompanhamento no dia-a-dia e orientações as famílias sobre os cuidados de higiene, saúde e alimentação e plantas medicinais. Os líderes capacitados foram responsáveis pela promoção de processo de reeducação de hábitos alimentares e cuidados gerais de higiene, em particular das crianças, mães gestantes e nutrízes.

A formação promove deste modo a mudança de hábitos, em todos os sentidos, da higiene a nutrição. Com isso, trabalha com a prevenção. O trabalho preventivo, atrelado ao uso de

remédios caseiros e plantas medicinais, e ainda a mudança de hábito alimentar com elevação do valor nutricional dos alimentos ingeridos, proporcionam confronto direto com um padrão de vida e consumo, que não são acessíveis aos acampados.

Soberania alimentar e defesa da sócio-biodiversidade: os campos de sementes

Garantir a variedade de sementes nativas é hoje fundamental para a agricultura familiar e para a viabilidade de um modelo de desenvolvimento sustentável. As sementes nativas são a garantia de uma produção sem agressão ao meio-ambiente, sem o uso abusivo de agrotóxicos e adubos químicos que se vêm praticando pela imposição que o uso de sementes híbridas e transgênicas exigem.

Incentivar o plantio das sementes nativas é ainda garantir o direito de escolha dos agricultores de que tipos de sementes desejam, optando por tempo de colheita, resistência a pragas, tamanho e forma dos grãos, necessidade hídrica, tipo de uso do grão e etc. Nesse sentido preservamos junto com as variedades a cultura das comunidades que fazem uso destas sementes. Esse amplo espectro que envolve a preservação das sementes nativas são a garantia de defesa da sócio-biodiversidade.

Tendo como preocupação à soberania dos assentados, e mesmo do país, no que diz respeito à produção das sementes promovemos uma importante articulação no estado entre movimentos de luta pela terra, Ongs e famílias acampadas, envolvendo as 62 áreas que fizeram parte do Programa no ano passado. O objetivo foi o resgate de sementes nativas e a implementação de campos de sementes.

Priorizando o processo de formação e conscientização realizamos curso estadual, trazendo grandes referências como Ciro Correa da CONCRAB e Altair Toledo da EMBRAPA nacional.

Devolução Solidária

O estabelecimento do compromisso de devolução de 20% da produção, prioritariamente para outras áreas de acampamento próximas, ou ainda para escolas e hospitais da cidade, trouxe resultados muito positivos. Não trabalhar a fundo perdido, e compreender a origem dos recursos e valorizar seu caráter público, em sentido amplo, de compromisso para com toda a sociedade, foi um importante exercício educativo para as famílias.

A devolução solidária propiciou a criação e o estreitamento de vínculos entre áreas próximas, com importante contribuição na promoção da cultura da solidariedade. As doações realizadas para hospitais e escolas trouxeram importante contribuição para um convívio

harmônico entre acampados e a população da cidade. A devolução solidária possibilitou nestes casos aberturas de importantes canais de comunicação, e a iniciativa do gesto de solidariedade transformou relações que até então eram conflituosas. Hospitais e escolas que negligenciavam as demandas destas famílias, deixaram de fazê-lo, prefeituras iniciaram um processo de reconhecimento do potencial produtivo e de promoção de bem estar para o campo e a cidade.

A devolução solidária nos demonstra um importante diferencial enquanto metodologia de uma política pública de apoio à reforma agrária, pela interação que possibilita, pela promoção da cultura da solidariedade, pela atuação para além do alcance onde hoje o Estado vêm atuando, e por princípio, pelo seu caráter educativo.

Desafios e potencialidades

A execução do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional nos últimos três anos trouxe algumas certezas e aprendizados. Aprendizado que não se perde, mas ao contrário, se acumula a cada execução. Os relatórios enviados por técnicos e parceiros locais dão grande relevância a esse ponto. Aliás, escrever relatórios periódicos foi grande desafio para ampla maioria dos envolvidos. Sistematizar essa rica experiência permanecerá sempre como um desafio e uma potencialidade, visto que jamais conseguiremos representar nas publicações a amplitude deste aprendizado.

Concretizar o sonho da segurança alimentar e nutricional – com toda a abrangência que o conceito requer – é potencialidade que não cansaremos de explorar e buscar. Produção diversificada, auto-abastecimento, exercício de crédito, trabalho coletivo, formação, participação, protagonismo são todos sonhos em boa medida realizados, neste sentido realidades palpáveis. Mas são ainda sonhos. Quando se trabalha com tão grande número de famílias e áreas de acampamentos, os resultados são tão diversos quanto às culturas locais encontradas. Há locais onde ainda há muito em que avançar. Ao passo que outros nos surpreendem pela criatividade na solução de problemas, capacidade de envolvimento, participação e execução, pela solidariedade intra e intergrupos.

Encontramos áreas que facilmente incorporaram a necessidade de produção diversificada para o auto-consumo, valorizando os fundos de quintais, as hortas e criatórios comunitários. Outras cercadas por latifúndios de grandes lavouras, grande uso de agrotóxicos e maquinários, e compostas por famílias que perderam suas raízes camponesas, tornou o

trabalho do técnico muito mais difícil. Essas áreas demonstram a necessidade de um trabalho continuado, permanente e de médio, longo prazo. Desejo e necessidade que na verdade são de todos, que deveriam ter essa garantia assegurada pelas políticas públicas.

Essa garantia de continuidade é grande complicador na execução do programa. Obviamente todas as atividades não se encerram com o fim de um convênio, mas ao contrário, trazem novas demandas e condicionam futuras atividades. O relacionamento entre governo e sociedade neste sentido é marcado por tensões, rupturas e aproximações. Estar à mercê da vontade política de novos governantes exige o dispêndio de muita energia, mobilizações e desgastes políticos. Energia de ambas as partes que poderia estar sendo direcionada para a solução de problemas concretos do dia a dia da população.

Entre os desafios permanentes que encontramos, a formação dos técnicos mobilizadores - garantia da atuação destes como educadores populares - é prioridade. A autonomia das áreas na escolha do educador carrega conjuntamente com os benefícios já destacados, o desafio de se encontrar perfis adequados à função.

Por fim é preciso compreender que o Programa só avança com o avanço na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o campo e de políticas públicas para a reforma agrária, em uma relação de mão dupla. O exemplo do Programa nos diz que o controle social adotado se traduz na compreensão de que políticas sustentáveis não podem prescindir do protagonismo dos seus destinatários. Assim, o controle social vai além das reuniões de capacitação, deliberação e mobilizações previstas, ele se encontra na discussão de um novo modelo de reforma agrária, que os movimentos de luta pela terra vem reivindicando, passando pelo diálogo com o Estado. Esperamos que experiências como a nossa tornem-se políticas públicas assumidas pelo estado como forma permanente de se garantir a sustentabilidade da produção familiar, isto exige reforma agrária e uma política de desenvolvimento da agricultura familiar que a torne, numerosa, próspera e sustentável.

No ano de **2004** o Instituto de Terras garantiu a continuidade do Programa através do “Minas sem Fome” – um Projeto Estruturador de Nº 19 do PROGRAMA GERAES, criado pelo decreto Lei nº 43.378 de 16 de Junho de 2003, do Governador do Estado de Minas Gerais. Dr. Aécio Neves.

Participamos como EIXO III- PSA - Programa de Segurança Alimentar e Nutricional em Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária. A princípio tínhamos um orçamento

para atender a 5877 famílias em aproximadamente 70 áreas. Hoje enfrentamos o desafio de atender cerca de 7.000 famílias em aproximadamente 100 áreas com o mesmo recurso. Neste processo ainda é doloroso ter que deixar de fora do Programa algumas áreas tão carentes quanto às atendidas. Esperamos que pelo sucesso do Programa, possamos para o próximo ano garantir que todas as áreas dentro dos critérios estabelecidos possam ser atendidas.

9- Participantes no Seminário:

FÁTIMA Elizabeth Brasil Saraiva – Diretora/Diretoria de Desenvolvimento Rural Sustentável-DDRS – Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais-ITER/MG

Daniella Silva – Coordenadora de Desenvolvimento Social/DDRS

Marcelo de Freitas – Coordenador de Desenvolvimento Econômico e Infra-estrutura/DDRS

Expectativas em relação ao Seminário

Relatar experiências práticas enquanto gestão da Diretoria de Desenvolvimento Rural Sustentável do ITER/MG. Demonstrar que esta pode ser uma iniciativa para o desenvolvimento dos Assentamentos da Reforma Agrária e para outras comunidades. Provar que “é possível fazer muito com muito pouco!” quando dentro de um ambiente e de uma ambiência propícios.